

O PAÍS

ACM: 'Serra não sabe nada'

Pefelistas entram na briga em defesa de Ornélas e abrem fogo contra ministro da Saúde

Catia Seabra e Isabel de Paula

BRASÍLIA.

Certo da fragilidade do PSDB e de tucanos ilustres depois da ressurreição da crise do grampo telefônico no BNDES, o comando do PFL apoiou ontem o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, nos ataques ao ministro da Saúde, José Serra (PSDB). O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), endossou as palavras de Ornélas e disse que Serra pensa que manda no Governo, mas desconhece números de sua própria pasta. Mais de uma vez, Antônio Carlos disse que "Serra não sabe nada".

— O ministro Waldeck Ornélas não poderia deixar de responder quando foi injustiçado pelo Serra, que sequer sabe os números de seu ministério. Ornélas teve uma justa indignação contra um ministro que pensa que manda no Governo e desrespeita as diretrizes do próprio presidente Fernando Henrique. Mas não manda nada — afirmou.

Para debilitar ainda mais o poder de Serra, amigos de Ornélas contam que o ministro da Previdência teve o aval do próprio presidente Fernando Henrique para divergir publicamente de seu desafeto. Na manhã de quinta-feira — antes de classificar o ministro da Saúde de egocêntrico e desagregador — Ornélas se reuniu com Fernando Henrique. E, segundo pefelistas, chegou a ameaçar deixar o Governo caso não tivesse direito a se defender das críticas de Serra, que na véspera classificara de sádico o fim da isenção de contribuição previdenciária para entidades filantrópicas que não oferecem atendimento gratuito integral. Serra dissera que, devido a essa decisão, 2.500 leitos foram desativados. Ornélas insiste em que o número está errado. Daí Antônio Carlos ter dito que Serra ignora informações da sua pasta.

FH teria autorizado defesa de Ornélas sem imaginar o tom da resposta

Na conversa com o presidente, Ornélas teria dito ainda que estava adotando medidas impopulares — nocivas para um senador, como ele é — e que não se deixaria desmoralizar por um ministro que não era tão solidário com o Governo. Sem imaginar o tom dos ataques de Ornélas a Serra, Fernando Henrique teria autorizado o ministro da Previdência a defender sua posição. Depois do encontro com o presidente, Ornélas telefonou para Antônio Carlos, de quem recebeu incentivo para reagir a Serra. Incomodado com a repercussão da briga com Ornélas, Serra tentou evitar a continuidade do bate-boca, dizendo que o assunto se esgotara na véspera.

Ao conhecer o teor das declarações do padrinho político de Ornélas, o senador Antônio Carlos Magalhães, Serra reagiu com ironia:

— Eu proponho um acordo: o senador Antônio Carlos me critica, como de hábito, mas me ajuda a preservar os 2.500 leitos gratuitos. Volto a dizer: o problema da população não é saber que defeitos eu tenho, mas manter em funcionamento esses leitos para pessoas

Os argumentos de Ornélas

O ministro alega que **82%** dos **1.390** hospitais filantrópicos do país continuam com direito à isenção integral, por oferecerem mais de **60%** de atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), como manda a nova lei. Cobra de Serra a busca de alternativas, a exemplo do que fez o ministro da Educação, Paulo Renato, no caso dos estudantes que perderam bolsas de estudo por causa do fim da isenção previdenciária para universidades e escolas. Paulo Renato acertou com Ornélas a concessão de crédito educativo para esses estudantes. Segundo ele, a mudança no sistema de cobrança das filantrópicas deve render uma receita adicional de **R\$ 1 bilhão** por ano.

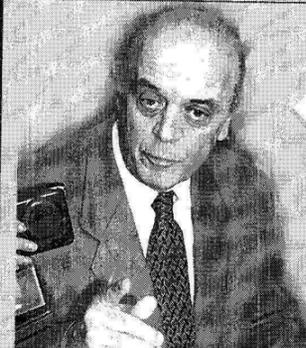
O QUE DIZ A LEI

Em dezembro do ano passado, o Congresso aprovou uma medida provisória do Governo (já transformada em lei) determinando o fim da isenção da contribuição previdenciária para as entidades filantrópicas, mantendo isenção proporcional para escolas particulares e universidades que têm bolsistas integrais e para as santas casas, escolas que atendem excepcionais e hospitais que tenham no mínimo 60% de seus atendimentos pelo SUS. Waldeck Ornélas trabalhou pela aprovação da MP, que faz parte da reforma previdenciária.

O QUE UM DIZ DO OUTRO



"Depois de brigar com a equipe econômica, Serra tira a máscara e assume o papel de patrono da filantropia"
"Serra é desagregador, não tem espírito de equipe e, como é um egocêntrico, acha que o Governo tem que girar em torno dele. Não conhece nem os números da área dele"



"Qualquer medida que provoque o fechamento de pelo menos 2.500 leitos é um ato de sadismo. Se o ministro Ornélas quiser me ajudar a evitar isso estou pronto a colaborar com ele. Se ele decidir se associar a um ato de sadismo social o problema é dele."
"A população não quer saber dos meus defeitos, mas se os leitos gratuitos serão mantidos"

Os argumentos de Serra

Segundo ele, o fim da isenção previdenciária atinge **350** hospitais, responsáveis por metade das internações das instituições filantrópicas do SUS. Com isso, estão ameaçadas entre **600 mil e 1 milhão** de internações por ano. A medida também pode provocar a extinção de pelo menos **2.500** leitos nos hospitais filantrópicos, porque eles perderiam **R\$ 300 milhões** por ano, valor que o Governo teria que repor. O ministro diz que a Previdência deve **R\$ 1 bilhão** ao Ministério da Saúde por não recolher o seguro obrigatório por acidente de trabalho e usa os recursos para pagar aposentadorias. O ministro defende a ajuda financeira às santas casas, prometida por Fernando Henrique na quarta-feira

Decreto do ponto-e-vírgula traz outro problema

Briga sobre fim da isenção previdenciária para filantrópicos surgiu com ele

• BRASÍLIA. O mesmo decreto que causou a polêmica do ponto-e-vírgula está agora por trás da briga dos ministros da Previdência Social, Waldeck Ornélas, e da Saúde, José Serra. O decreto que exigia a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado também regulamentou a isenção proporcional da contribuição previdenciária aos hospitais filantrópicos que atendem menos de 60% de pacientes do SUS. O Ministério da Saúde propõe a alteração do decreto para que as regras sejam mais flexíveis e argumenta que terá de gastar R\$ 300 milhões ao ano para evitar que hospitais filantrópicos abandonem o SUS.

Em resposta ao pedido de informações enviado ontem por Ornélas a Serra, o Ministério da Saúde diz serem "extremamente desproporcionais" os percentuais estabelecidos no decreto. No caso de uma entidade que oferece de 20% a 30% de serviços ao SUS, por exemplo, a isenção fica entre 5% e 8%, alega o secretário nacional de Assistência Social, Renilson Rehem. E, segundo o secretário, uma instituição que atende de 40% a 50% de clientela do SUS terá isenção de apenas 10% a 15%, ou até menos.

— Concordamos com o fim da isenção integral para

quem atende menos de 60% de pacientes do SUS. Mas o percentual de isenção de quem está abaixo disso é muito pouco, principalmente, no caso dos hospitais que realizam procedimentos de alta complexidade. Eles podem abandonar o SUS prejudicando a população — afirmou Rehem.

Mas se forem alterados os percentuais, a Previdência vai arrecadar muito menos do que previu com o fim da isenção. Com um déficit de cerca de R\$ 11 bilhões ao ano, o INSS sofreria redução ainda maior de receita. Mas se o decreto não for alterado, o Governo pode ter que arcar com uma despesa adicional de R\$ 300 milhões por ano.

Segundo o Ministério da Saúde, 284 hospitais serão afetados pelas mudanças. Parte deles exerce uma função estratégica no SUS e são os únicos em suas cidades ou regiões que atendem especialidades de maior complexidade. Dos 6.425 hospitais do SUS, 1.736 são filantrópicos. Destes, 284 oferecem menos de 60% de seus leitos para pacientes do SUS, perdendo a isenção integral. Eles são responsáveis por mais de 12 mil leitos, em sua maior parte, destinados a atendimentos de maior complexidade, como cirurgias cardíacas e transplantes.

carentes. A técnica de insultos não leva a nada — disse o ministro da Saúde. Respalçado pelo apoio de Antônio Carlos, Ornélas enviou ontem um ofício a Serra pedindo a lista dos hospitais que fechariam os 2.500 leitos devido à nova lei da filantropia. Para provar que seus números "não são um chute", ao contrário do que diz a Previdência, Serra mandou sua equipe preparar um documento de resposta. Nele, diz que o cálculo da perda de 2.500 leitos foi feito com base na estimativa de que 30% dos hospitais que perderão a isenção deixarão o SUS. Eles são responsáveis pela oferta de 3.600 leitos. Serra prevê que 70% deles sejam fechados.

— A minha preocupação é a perda desses leitos, principalmente dos de alta complexidade para as pessoas caren-

tes que não podem pagar. Isso aumentaria ainda mais as filas nos hospitais do SUS — afirmou Serra.

Além de Antônio Carlos, Ornélas teve ontem o apoio do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). Sem usar o termo "desagregador", Bornhausen acusou Serra de agir como se fosse superior aos demais, ao ponto de brigar com ministros do próprio PSDB.

— Este não é um problema partidário. É de convivência governamental. Já anteriormente, Serra havia ultrapassado os limites da boa convivência com os ministros companheiros de partido Paulo Renato (Educação) e Clóvis Carvalho (Casa Civil). Agora, recebe uma resposta à altura de Ornélas. No presidencialismo, quem manda é o presidente da República. Todos os ministros são iguais e quem pensa que é superior acaba recebendo respostas merecidas.

As voltas com os grampos, PSDB não saiu em defesa de Serra

Serra não teve o mesmo amparo partidário de Ornélas. Os tucanos, que o acusam de omissão no caso do grampo do BNDES, não parecem dispostos a se expor em sua defesa.

— Esse não é meu papel. Tenho que lutar para acabar com a briga. Por mais que cada um julgue ter razão, o momento é de união para vencermos a crise. Essas pendências são inoportunas e o caminho é o da discussão interna — disse o líder do Governo no Congresso, o tucano Artur Virgílio Neto (AM).

Perguntado se não manifestaria apoio ao ministro de seu partido, o líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP) foi enfático:

— Qual é o meu ministro? Sou líder do Governo e os dois são ministros do Governo. Só acho que os ministros deveriam ter cuidado de não trazer a público divergências que têm na condução de suas pastas. Isso é ruim para o Governo — afirmou. ■